

A PESSOA SUBVERTIDA

José Luiz Fiorin*

RESUMO: O sistema lingüístico do português estabelece, no domínio da categoria de pessoa, uma distinção clara entre as chamadas três pessoas gramaticais. No entanto, é freqüente, no discurso, o uso de uma pessoa com valor de outra. Este trabalho pretende mostrar que esse fenômeno está regido por um mecanismo lingüístico, que diz respeito às categorias da enunciação. Tem ainda o objetivo de descrever todas as possibilidades do emprego de uma pessoa por outra em português, bem como os efeitos de sentido engendrados, quando o falante se vale desse mecanismo na construção dos atores do discurso.

Palavras-chave: enunciação, pessoa, embreagem actancial.

Dire je est incomparablement plus modeste que dire nous. Cela devrait aller de soi. Mais non, disent-ils.

Georges Perros

1.0. Enunciando o problema

Embora não tenha passado despercebida dos gramáticos brasileiros a utilização de uma pessoa com o valor de outra, o fenômeno é abordado de maneira muito limitada e assistemática. A maioria deles descreve apenas os chamados plurais de majestade e de modéstia, ou acrescenta a eles o denominado *vós* de cerimônia (cf. por exemplo Rocha Lima 1968, 309-310 e Said Ali s.d, 93-94). Celso Cunha, que trata do assunto mais longamente, na rubrica *Valor expressiva das pessoas*, limita-se a estudar, além dos três casos já mencionados, o uso da 3ª pessoa pela 1ª (1972, 205-208). É preciso analisar esse fato dentro de uma perspectiva enunciativa,

(*) Professor da Universidade de São Paulo.

já que configura ele um caso particular de um fenômeno mais geral, que diz respeito às chamadas categorias da enunciação, pessoa, espaço e tempo. Com efeito, também se usam um tempo pelo outro e um dêitico espacial com valor de outro. Por outro lado, é necessário compreender o mecanismo lingüístico que o rege, para que se possam descrever todas as possibilidades oferecidas pela língua de utilização de uma pessoa por outra. Ademais, importa compreender que efeitos de sentido são criados, quando o falante se vale desse mecanismo.

1.1. Enunciação e instalação de pessoas, espaços e tempos no enunciado.

Benveniste, em seu célebre artigo *Da subjetividade na linguagem* diz que a propriedade que possibilita a comunicação e, portanto, a atualização da linguagem é que é “na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, uma vez que, na verdade, só a linguagem funda, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de *ego* (1966, 259). A subjetividade é a “capacidade de o locutor pôr-se como sujeito” e, por conseguinte, a subjetividade estabelecida na fenomenologia ou na psicologia é apenas a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem: “é ‘ego’ quem diz ‘ego’. Encontramos aqui o fundamento da ‘subjetividade’, que se determina pelo estatuto lingüístico da ‘pessoa’” (1966, 259-260). O *eu* existe por oposição ao *tu* e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa, porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*. “A linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito, remetendo a si mesmo como *eu* em seu discurso. Dessa forma, *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela que, completamente exterior a mim, torna-se meu eco ao qual eu digo *tu* e que me diz *tu*.” A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente lingüístico, ou seja, ao “ato de discurso individual em que *eu* é pronunciado e designa seu locutor” (1966, 261-262). O fundamento da subjetividade está no exercício da língua, pois seu único testemunho objetivo é o fato de o *eu* enunciar-se (1966, 261-262).¹

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enun-

(1) Essas idéias de Benveniste já foram acusadas de idealistas e psicologizantes. No entanto, parece-nos que essas acusações carecem de fundamento. Não pode haver psicologismo num sujeito fundado na linguagem; só é idealista um autor que concede à linguagem autonomia em relação à vida material, o que não acontece com Benveniste. Ao contrário, talvez com uma certa má vontade, pudesse ser imputada a ele a etiqueta bakhtiniana do “objetivismo abstrato” (1979, 55-75). Sobre a questão do sujeito cf. também Krysinski, 1987, 181.

cia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

Porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do *ego, hic et nunc*. O conjunto de procedimentos destinados a constituir o discurso como um espaço e um tempo povoados de atores diferentes do enunciador constitui para Greimas a competência discursiva em sentido estrito. Se se acrescenta a ela o depósito de figuras do mundo e de configurações discursivas que possibilita ao sujeito da enunciação o exercício da figurativização, temos a competência discursiva em sentido lato (Greimas e Courtés, 1979, 127).

Quando o sujeito da enunciação põe a linguagem em funcionamento, ou seja, quando se designa como *eu* e se apropria da linguagem inteira, ele, como diz Greimas, “constrói o mundo enquanto objeto ao mesmo tempo que se constrói a si mesmo” (1979, 127). Isso se dá por uma orientação transitiva, isto é, um ato de mirar o mundo. Essa orientação transitiva constitui o que Greimas chama a intencionalidade fundadora da enunciação.² Por essa razão, diz que a enunciação é um enunciado, cuja função predicativa é a intencionalidade e cujo objeto é o enunciado-discurso.

Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado são dois: a *debreagem* e a *embreagem*.³ *Debreagem* é a operação em que a instância de enunciação disjunge de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base com vistas à constituição dos elementos fundadores do enunciado, isto é, pessoa, espaço e tempo (Greimas e Courtés, 1979, 79). Na medida em que, como mostra Benveniste, a constituição da categoria de pessoa é essencial para a constituição do discurso e o *eu* está inserido num tempo e num espaço, a *debreagem* é um elemento fundamental do ato constitutivo do enunciado e, uma vez que a enunciação é uma instância lingüística pressuposta pelo enunciado, contribui também para articular a própria instância da enunciação. Assim, a discursivização é o mecanismo criador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e, ao mesmo tempo, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado (Greimas e Courtés, 1979, 79).

-
- (2) Greimas não admite dizer, como fazem muitos autores, que o ato de comunicação repousa sobre uma “intenção de comunicar” pois considera que o termo intenção implica uma dimensão consciente que elimina, por exemplo, o sonho do âmbito do discurso. Por isso, ele prefere o termo intencionalidade.
 - (3) Os termos advêm da tradução francesa do termo *shifters*, utilizado por Jakobson em seu artigo “Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe” (1963, 176-196). O lingüista russo mostrava nesse artigo que a significação geral de um embreante não pode ser definida fora de uma referência à mensagem. Greimas criou os verbos e os substantivos de ação e deu a eles um sentido particular (ver Parret, 1988, 143-173).

Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma debreagem actancial, uma debreagem espacial e uma debreagem temporal. A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntar do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora*. Como nenhum *eu*, *aqui* ou *agora* inscritos no enunciado são realmente a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, uma vez que estes são sempre pressupostos, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação no enunciado é também uma debreagem. (Greimas e Courtés, 1979, 79).

Há, pois, dois tipos bem distintos de debreagem: a enunciativa e a enunciva.⁴ A primeira é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*), ou seja, aquela em que o *não eu*, o *não aqui* e o *não agora* são enunciados como *eu*, *aqui*, *agora* (Greimas e Courtés, 1979, 80).

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos - e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido (MC, 3)

Nesse caso, há uma instalação no enunciado do *eu* enunciator, que utiliza o tempo da enunciação (o *nunc*). Trata-se, nesse caso, de debreagens actancial e temporal enunciativas.

A debreagem enunciva é aquela em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*). Cabe lembrar que o *algures* é um ponto instalado no enunciado; da

(4) Essa distinção entre enunciativo e enuncivo é calcada sobre a distinção entre discurso e história operada por Benveniste (1966, 238-245). Lembra ainda a distinção feita por Culioli (1973) dos modos de enunciação em que há referências que se efetuam em relação à situação de enunciação e aqueles em que as referências se fazem em relação ao enunciado; a diferença feita por Danon-Boileau (1982, 95-98) entre referências por anáfora e referências por dêixis; a dicotomia efetuada por Harald Weinrich (1973) entre mundo narrado e mundo comentado. É interessante notar que, a partir do momento em que se nota que esses são dois mecanismos de projeção da enunciação no enunciado, a maior parte das críticas feitas à tipologia de Benveniste, como as célebres objeções feitas por Simonin-Grubach (1983, 31-69), deixa de ter validade, uma vez que críticos, como, por exemplo, a acima mencionada, baseiam-se fundamentalmente no fato de que há textos construídos com combinações de pessoas, espaços e tempos excluídas pela definição proposta por Benveniste. Os trabalhos apontados acima mostram que esses dois elementos não são textos, mas mecanismos produtores de textos. Por conseguinte, podemos concluir que eles constituem modos de enunciação distintos que se combinam de diversas maneiras para produzir uma gama variada de textos.

mesma forma, o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica *concomitância vs não concomitância*.

Rubião fitava a enseada, - eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta (MA, I, 643).

O texto principia com uma debreagem actancial enunciva, quando nele se estabelece o actante do enunciado, Rubião. O verbo *fitar*, no pretérito imperfeito do indicativo, indica uma ação concomitante em relação a um marco temporal pretérito instituído no texto (eram oito horas da manhã). Como o tempo começa a ordenar-se em relação a uma demarcação constituída no texto, a debreagem temporal é enunciva. Aliás, o *visse* que vem a seguir está relacionado não a um *agora*, mas a um *naquele momento*, o que corrobora a enuncividade. O espaço estabelecido no texto não é o *aqui* da enunciação, é um ponto marcado no texto, *à janela de uma grande casa de Botafogo*.

A debreagem enunciativa e a enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: de subjetividade e de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros do *ego-hic-nunc* enunciativos, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade. Já a eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo que o discurso se construa apenas com enunciado enunciado, produz efeitos de sentido de objetividade. Como o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade, o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas enunciativas, ou seja, aquilo a que se aspira no discurso científico é construir um discurso só com enunciados.

Há diferentes níveis de embreagem num texto. A debreagem interna é frequente no discurso literário e também na conversação ordinária (Greimas e Courtés, 1979, 80). Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torne instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. É assim, por exemplo, que se constitui um diálogo: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada da palavra. Essas instâncias são hierarquicamente subordinadas umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Em virtude dessa cadeia de subordinação diz-se que o discurso direto é uma debreagem de 2º grau. Seria de 3º, se o sujeito debreado em 2º grau fizesse outra debreagem. Embora esse processo possa ser teoricamente infinito, é quase impossível, por razões práticas, como a limitação da memória, que ele ultrapasse o 3º grau e é muito difícil que vá além do 2º.

Passemos agora ao estudo da embreagem.

Ao contrário da debreagem, que é a expulsão fora da instância de enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado, a embreagem é “o efeito de retorno à enunciação”, produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado.

Como a embreagem concerne às três categorias da enunciação, temos, da mesma forma que no caso da debreagem, embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal.

A embreagem actancial diz respeito à neutralização na categoria de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Quando o Presidente diz “O Presidente da República julga que o Congresso Nacional deve estar afinado com o plano de estabilização econômica”, formalmente temos uma debreagem enunciativa (um *ele*). No entanto, esse *ele* significa *eu*. Assim, uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) precede a embreagem, a saber, a neutralização da oposição categórica *eu/ele* em benefício do segundo membro do par, o que denega o enunciado. Denega justamente porque o enunciado é afirmado com uma debreagem prévia (ver todas as questões relativas a embreagem em Greimas e Courtés, 1979, 119-121).⁵ Negar o enunciado estabelecido é voltar à instância que o precede e é pressuposta por ele. Por conseguinte, obtém-se na embreagem um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.

Vejamos mais um exemplo de debreagem actancial em que o *tu* é substituído por um *ele*:

Disto resultou que o curador de cobra quase afinou a canela de tanto levar e trazer recado. Sua caixa de peçonha andava de um lado a outro como o ventão dos agostos. E o caso ganhou substância, foi tão falado e refalado, que Juju Bezerra, da intimidade de Caetano de Melo, veio ao Sobradinho em missão de harmonia:

- Que é isso, amigo Ponciano? Que cobra mordeu o coronel? (CL, 122).

O vocativo *amigo Ponciano* é uma debreagem actancial enunciativa, pois introduz um *tu* no enunciado. Quando ele diz *Que cobra mordeu o coronel?*, o coronel não é um *ele*, mas um *tu*, em vista da neutralização dos dois termos, o enunciativo e o enuncivo.

(5) A embreagem aproxima-se do que a retórica clássica chamava “enálage” isto é, a possibilidade de usar formas lingüísticas com valor deslocado em relação a seu valor usual (Lausberg, 1966 e 1976).

Você *lá*, que é que está fazendo no meu quintal?

A embreagem espacial concerne a neutralizações na categoria de espaço. *Lá* está, nessa frase, empregado com o valor de *aí*, espaço do enunciatário. Esse uso estabelece uma distância entre os actantes da enunciação, mostrando que a pessoa a quem o enunciador se dirige foi colocada fora do espaço da cena enunciativa.

A embreagem temporal diz respeito a neutralizações na categoria de tempo. Tomemos como exemplo o poema *Profundamente*, de Manuel Bandeira:

Quando ontem adormeci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondos de bombas luzes de Bengala
Vozes cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas.

No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes
Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um túnel.
Onde estavam os que há pouco
Dançavam
Cantavam
E riam
Ao pé das fogueiras acesas?

- Estavam todos dormindo
Estavam todos deitados
Dormindo
Profundamente

Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de São João
Porque adormeci

Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo
Minha avó
Meu avô
Totônio Rodrigues
Tomásia
Rosa
Onde estão todos eles?

Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente (MB, 217-218).

Quando chegamos à segunda parte, compreendemos que *ontem é na véspera do dia de São João do ano em que o poeta tinha seis anos (naquele tempo)*. Esse neutralização entre o tempo enunciativo *ontem* e o tempo enuncivo *na véspera*, em benefício do primeiro, é um recurso para presentificar o passado, reviver o que aconteceu naquela noite de São João, em que o poeta adormece e vive, no tempo antes, rumor e alegria e, no tempo depois, silêncio. Nessa noite, à vigília do poeta corresponde o sono profundo dos que tinham dançado, cantado e rido ao pé das fogueiras acesas.

Ao debravar enunciativamente *a véspera da festa de São João*, no início da segunda parte, o poeta afasta o que revivera, transformando essa revivescência em lembrança. Nos termos de Benveniste, a primeira parte deixou de ser discurso, ou seja, vida e passou a ser história. Há então uma debreagem enunciativa e volta-se para a vida presente. À vigília de outrora corresponde a vida de hoje; ao silêncio de antanho corresponde a não vida hodierna. O poeta está vivo e só, pois todos os que ele amava estão mortos e enterrados (*dormindo e deitados*).

A embreagem temporal resgatou o tempo das brumas da memória e recolocou-o lá novamente.

Dizem Greimas e Courtés que a embreagem, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desejo de alcançar a instância da enunciação e “como o fracasso, como a impossibilidade de atingi-la. As duas ‘referências’ com cuja ajuda se procura sair do universo fechado da linguagem, prendê-la a uma exterioridade outra - a referência ao sujeito (à instância de enunciação) e a referência ao objeto (ao mundo que cerca o homem enquanto referente) - no fim das contas, só chegam a produzir ilusões: a ilusão referencial e a ilusão enunciativa” (1979, 120).

Os exemplos dados acima são exemplos de *embreagem homocategórica*, que ocorre “quando a debreagem e a embreagem que a segue afetam a mesma cate-

goria, a de pessoa, a do espaço ou a do tempo” (Greimas e Courtés, 1979, 121). A embreagem em que as categorias presentes na debreagem e na embreagem subsequente são distintas é chamada *embreagem heterocategórica*:

Eu sou eu mesmo a minha pátria. A pátria de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações nasci (Jorge de Sena, *Poesias III*).

A verdadeira pátria do homem é a infância (Scorza).

...o pintor transferiu-se para o exílio voluntário. (...) “Eu sou o momento”, garantia então, quando realizava um Auto-retrato em Milão... (apud Lúcia Teixeira, T2).

No primeiro caso, instalado o *eu* na debreagem, o predicativo deveria conter um termo com o traço /pessoa/. No entanto, neutralizam-se pessoa e lugar, em proveito do último. No segundo caso, a debreagem determinaria um predicativo com termo designativo de lugar. Entretanto, neutralizam-se lugar e tempo em proveito do último. No terceiro, a neutralização dá-se entre pessoa e tempo. Assim pessoa e lugar confundem-se, tempo e espaço enleiam-se, pessoa e tempo misturam-se quase que numa percepção sinestésica do mundo.

Um excelente exemplo de embreagem heterocategórica é o uso, muito frequente em português, de uma medida temporal para indicar uma medida espacial.

Fica a três horas de carro daqui.

É preciso ainda distinguir entre *embreagem enunciativa* e *enunciva*. Aquela ocorre quando o termo debreante é tanto enunciativo como enuncivo, mas o embreante é enunciativo. Assim, por exemplo, num *outdoor*, em Minas, a frase “Em Minas, o futuro é agora” debreia a posterioridade enunciativa e nega-a com a concomitância enunciativa, em benefício da última. A embreagem é enunciativa porque é um elemento do sistema enunciativo que resta no enunciado.

Chama-se embreagem enunciva aquela em que o termo debreante pode ser enunciativo ou enuncivo, mas o termo embreante é enuncivo:

Encurtando, aconselhei o major a fazer a ceata com a menina de suas paixões em recinto de conhaque e beberetes:

- Como no Taco de Ouro, seu compadre. Para esses preparativos não tem como o Taco de Ouro.

Que procurasse o Machadinho, um de costeleta escorrida até perto do queixal, que logo aparecia mesa bem encravada no escurinho.

- Nem o major precisa abrir a boca. Machadinho vendo a cara pintada da peça, sabe no imediato que é negócio sem-vergonhista (CL, 173).

A primeira fala do narrador e a debreagem interna de 2º grau indicam que a pessoa com quem o coronel falava era o major. Ocorre, portanto, uma debreagem enunciativa. Quando o coronel diz *o major*, temos um *ele* (termo enuncivo) a ocupar o lugar do *tu*. Portanto, trata-se de uma embreagem enunciva.

A embreagem pode ainda classificar-se em *externa*, quando produzida por uma instância enunciativa pressuposta pelo enunciado, e *interna*, quando feita por uma instância enunciativa já inscrita no enunciado:

Escorregava do rosto de Juju Bezerra admiração pela maestria deste Ponciano Azeredo Furtado no manobrar gente da ribalta. Ponderou que isso é que era falar certo, mostrar o dedo da sabença:

- É o que eu digo. Não há como o coronel para uma demanda no Foro ou uma prática de safadeza (CL, 173).

A partir de uma instância pressuposta, faz-se a debreagem actancial enunciativa *eu* e, em seguida, efetua-se a embreagem enunciva, neutralizando-se 1ª e 3ª pessoas, em proveito da última. Assim, *pela maestria deste Ponciano de Azeredo Furtado* significa *pela minha maestria*. Trata-se, nesse caso, de uma embreagem externa. No segundo caso, em que *o coronel* significa *tu*, a embreagem é efetuada por uma instância do enunciado (Juju Bezerra) a quem foi delegada a palavra. Temos aqui de uma embreagem interna.

A embreagem, ao contrário da debreagem, que referencializa as instâncias enunciativas e enuncivas a partir de que o enunciado opera, desreferencializa o enunciado que ela afeta (Greima e Courtés, 1979, 121). Observe-se o último exemplo dado acima. A embreagem faz com que o coronel, que Juju Bezerra admirava, oscile entre a pessoa com quem se fala e a pessoa de quem se fala. É como se Juju não falasse com o coronel, mas com outros sobre o coronel. Essa desreferencialização faz com que a admiração de Juju Bezerra se eleve ao mais alto grau, se exalce.

Os mecanismos de debreagem e de embreagem não pertencem a esta ou aquela língua, a esta ou aquela linguagem (a verbal, por exemplo), mas à linguagem pura e simplesmente. Da mesma forma, todas as línguas e todas as linguagens possuem as categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no entanto, podem expressar-se diferentemente de uma língua para outra, de uma linguagem para outra.

No filme “La nave va”, de Fellini, a personagem que funciona como sujeito observador, ao piscar para a platéia, efetua uma debreagem actancial enunciativa, pois instaura o enunciatário no enunciado. Da mesma forma, quando Tom Jones, no filme do mesmo nome (Inglaterra, 1963, direção de Tony Richardson), joga o casaco

na câmara para que o espectador não veja os seios da mulher que ele acabara de salvar das mãos de um soldado, ele desreferencializa o enunciado (é filme mesmo...), produzindo uma embreagem actancial, pois a debreagem primeira (Tom Jones do enunciado) passa a embreagem (Tom Jones instaura-se como *eu* pela constituição do *tu*).

No filme “Padre Padrone”, dos irmãos Taviani, quando Gavino está no exército em Pisa, o quartel pisano é *o aqui* em relação à Sardenha, que é *o lá*. Numa dada cena, ele está com uma arma em posição de homenagem à bandeira italiana, que está sendo hasteada no pátio do quartel, enquanto um sargento pronuncia um discurso sobre o valor simbólico da bandeira e sobre o valor da pátria, que ultrapassa o da família. Nesse momento, Gavino começa a recitar paradigmas da língua italiana. Quando chega ao paradigma “silvestre, bucólico, arcádico, etc.”, a bandeira italiana está tremulando sobre a paisagem da Sardenha. Quando começa a dizer o paradigma “pai, padrinho, patrono, patrão, Padre Eterno”, aparece seu pai a caminhar nos campos sardos. Nesse caso, a bandeira e a voz, que estavam em Pisa, estão na Sardenha, indicando uma neutralização entre *o aqui* e *o lá* em benefício do último. A bandeira e a língua, indicadoras da italianidade, na verdade, estão referidas à Sardenha. *O aqui* cultural adquire identidade em relação ao *lá*.

Na pintura, o quadro “A baía de São Marcos com o retorno do Bucentauro”, de Canaletto, constrói-se com debreagens espaciais e actanciais enuncivas, que instalam espaços (o canal diante de São Marcos, os edifícios) e actantes (gondoleiros e pessoas do povo) do enunciado. Essa debreagem cria um efeito de objetividade, construindo um enunciado enunciado, em que parece estar afastada a enunciação enunciada. Com isso, produz-se como que a vista real, por meio de uma transcrição literal e impessoal. Domina o quadro um efeito de realidade.

Já no quadro “A catedral de Ruão”, de Claude Monet, de 1894, busca-se não o objeto, que permanece sempre imutável, mas a cambiante impressão que ele causa aos olhos e à alma do artista. Assim, não há nesse quadro senão o esboço de um enunciado enunciado, enquanto há uma forte enunciação enunciada, uma vez que todos os traços são apreciações que remetem à instância enunciativa. O artista esforça-se por obter a instantaneidade (o *nunc*): quando o efeito luminoso muda, o quadro será outro. Assim, temos nele uma debreagem temporal enunciativa, em que se procura revelar a concomitância em relação ao momento da enunciação.

Observe-se que a utilização de uma pessoa por outra é um caso de embreagem, mecanismo que pertence à linguagem humana em seu sentido mais amplo e que atinge os procedimentos de actorialização, espacialização e temporalização.

1.2. Possibilidades do uso de uma pessoa por outra em português

Passemos agora à descrição das possibilidades de embreagem actancial no português. Como já dissemos, essa embreagem consiste na neutralização de oposi-

ções no interior da categoria de pessoa. Uma vez que a primeira e a segunda pessoas do plural não são simples pluralizações da primeira e da segunda do singular, mas a terceira do plural é puramente uma pluralização da pessoa correspondente do singular, temos cinco distinções nessa categoria. Supondo-se que cada uma delas seja empregada com o valor de todas as outras, teremos as seguintes possibilidades de embreagem:

1. terceira pessoa pela primeira do singular;
2. terceira pessoa pela primeira do plural;
3. terceira pessoa pela segunda do singular;
4. terceira pessoa pela segunda do plural;
5. segunda pessoa do singular pela terceira;
6. primeira pessoa do singular pela terceira;
7. primeira pessoa do plural pela terceira;
8. segunda pessoa do plural pela terceira;
9. primeira pessoa do singular pela segunda do singular;
10. segunda pessoa do singular pela primeira do singular;
11. primeira pessoa do plural pela segunda do plural;
12. segunda pessoa do plural pela primeira do plural;
13. segunda pessoa do plural pela segunda do singular;
14. primeira pessoa do plural pela primeira do singular;
15. segunda pessoa do singular pela segunda do plural;
16. primeira pessoa do singular pela primeira do plural;
17. primeira pessoa do plural pela segunda do singular;
18. segunda pessoa do plural pela primeira do singular;
19. segunda pessoa do singular pela primeira do plural;
20. primeira pessoa do singular pela segunda do plural.

Vejamos agora as possibilidades que efetivamente ocorrem:

1. terceira pessoa pela primeira do singular.

O Papa João Paulo II se despediu ontem dos brasileiros, depois de uma visita de dez dias a dez capitais, com votos de que o Brasil se torne uma nação próspera e digna, respeitosa dos valores fundamentais da pessoa humana:

O Papa leva no fundo do coração o desejo e a esperança de que a Nação brasileira trilhe sempre a senda da valorização da dignidade do homem - disse (*O Globo*, 22/10/1991, 7).

O Papa toma a palavra, referindo-se a si mesmo não com a primeira pessoa do singular, mas com a terceira. Evidentemente, como se trata de uma neutralização com a primeira pessoa do singular, deve-se usar em seu lugar o singular da terceira pessoa. As formas de terceira pessoa empregadas com o valor de *eu* são *ele/ela* ou, com maior freqüência, um substantivo.

Muitas vezes, utiliza-se o nome próprio em vez do *eu*.

Pois foi *Ponciano* arrotar vantagem e aparecer, na boca de um taquaral, aquele pedaço de onça que em medida de olho nu ganhava de um garrote em tamanho e peso (CL, 46).

Como o narrador é o próprio Ponciano, quando ele se denomina pelo seu nome, está empregando uma terceira pessoa com o valor de primeira.

Esse tipo de neutralização é bastante usado na linguagem cotidiana, quando, por exemplo, um pai diz ao filho:

- Filhinho, o papai não quer mais que você faça isso.

É também muito utilizada na linguagem oficial. Os requerimentos, por exemplo, são em terceira pessoa.

Podem-se usar formas indeterminadas em lugar da 1ª pessoa do singular. Por exemplo, no final de uma reunião entre o Presidente Collor e o Ministro da Justiça, para tratar da lei dos benefícios previdenciários aprovada pelo Congresso, o Presidente diz: *Decidiu-se que a lei será vetada*. A forma indeterminada significa *eu*, pois é ele quem tem autoridade constitucional para vetar. Quando se reclama do serviço quem o faz diz: *A gente faz o que pode*.

Conta-se que o rei Leopoldo I dizia a seu criado *Il veut son épée* (e não *Je veux*), pois, não dizendo *eu* a um inferior, ele não lhe concedia o estatuto de *tu* e, portanto, excluía-o da reciprocidade da troca lingüística. O *ele*, nesses casos, é um *eu* mantido a distância.

Diz Barthes, comentando as embreagens que faz em *Roland Barthes par Roland Barthes*: “O ‘eu’ é o pronome do imaginário, o ‘ele’, que emprego freqüentemente, é o pronome da distância. Pode-se tomá-lo de várias maneiras e aí o leitor é o senhor. Seja como uma espécie de ênfase, como se eu me desse tal importância que eu dissesse ‘ele’, falando de mim, seja como uma espécie de mortificação: dizer ‘ele’, falando de alguém, é torná-lo ausente, mortificá-lo, torná-lo um tanto quanto morto. Seja também - mas isso seria uma hipótese muito feliz; enunciemo-la apesar de tudo - como o ‘ele’ da distância brechtiana, um ‘ele’ é um pico onde me coloco como crítico (...) ‘RB’ não é muito importante. Ele aparece sobretudo nas frases em que ‘ele’ seria ambíguo” (1975, 32).

Quando se faz essa embreagem é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social. O exemplo abaixo é muito interessante, para mostrar esse fato, pois D. João I e Mestre de Avis são a mesma pessoa, o enunciador. Dissociam-se ambos os papéis, no entanto, para deixar claro que eles é que estão em jogo no momento da fala.

Eia, pois: se não perdoais a *D. João I* uma suposta ofensa, perdoai-a ao *Mestre de Avis*, ao *vosso antigo capitão* (Herculano, FN, 237).

2. terceira pessoa pela primeira do plural.

A mãe diz ao filho:

- Seu pai e sua mãe se matam de trabalhar e você não estuda, não faz nada.

Seu pai e sua mãe significam *nós*. Nesse caso, a embreagem é feita entre a terceira pessoa do plural e a primeira do plural, já que a neutralização só se dá na categoria de pessoa e não na de número. Frequentemente, o *nós* é substituído por formas indeterminadas:

Muitas vezes a gente quer andar direito e não consegue (IN).

Quando um substantivo é usado no lugar de um *nós*, o verbo pode ir para a 1ª pessoa do plural. Essa é a marca mórfica da embreagem:

Dizem que os cariocas *somos* pouco dados aos jardins públicos (Machado de Assis, apud Rocha Lima, 1968, 422).

Todos geralmente o *adoramos*, porque todos nos *queremos* adorados (Antônio Vieira, apud Rocha Lima, 1968, 423).

É construção corrente:

Os abaixo assinados solicitamos a V. Exa. ...

3. terceira pessoa pela segunda do singular.

Era bilhete de Dona Esmeralda, com parabéns pelo que diziam de mim as gazetas. Também de Fonseca, que encontrei na rua depois, recebi os cumprimentos:

- Sim senhor! O *coronel* anda por cima da carne-seca. Não sai das folhas (CL, 231).

Nesse caso, *coronel* significa *tu*. Trata-se a pessoa com quem se fala com um substantivo indicativo de um papel social. Pode-se também chamá-la por seu nome ou por *ele*. É o que acontece neste exemplo de Herculano em que Afonso Henriques se dirige a D. João I:

Só D. João I compreende Afonso Henriques; porque só *ele* compreende a valia destas duas palavras formosíssimas, palavras de anjo - pátria e glória (Herculano, FN, 238).

Na linguagem coloquial, emprega-se muito essa embreagem. Por exemplo, uma mãe pergunta ao filho:

O meu filhinho brincou muito?

O substantivo que significa *tu* pode ser um nome comum (por exemplo, bebê) ou um apelativo, que pode ser genérico (por exemplo, o senhor, o amigo) ou designar uma profissão, um cargo, um título (por exemplo, doutor) ou um grau (por exemplo, coronel).

O uso da 3ª pessoa em lugar da 2ª indica afeto, carinho ou respeito, uma vez que o locutor exclui o outro da troca lingüística, dando-lhe um lugar especial, não instituído pelo *eu*, como seria o lugar do *tu*. Como diz Maingueneau, o uso da não pessoa em lugar da 2ª pessoa acompanhado do apagamento do *eu* constitui a marca lingüística de extremo respeito (*Madame est servie, Son Excellence est-elle satisfaite?*). Não utilizando *tu* nem o *vous* de polidez, o enunciador exclui-se a si mesmo da reciprocidade da troca lingüística. Tudo se passa como se ele se dirigisse a uma pessoa que ele não constitui como enunciatário, para negar qualquer comensurabilidade com ela (1981, 17).

Na fábula *O lobo e o cordeiro*, de La Fontaine (I, 10), o lobo trata o cordeiro por *tu*, mas este trata aquele pela terceira pessoa:

Que é que *te* torna tão atrevido a ponto de sujar minha água? Diz esse animal cheio de raiva: Serás castigado por *tua* temeridade.

Senhor, responde o cordeiro, que Vossa Majestade não se encolerize; mas, ao contrário, que *ela* considere que, estando eu a beber na corrente mais de vinte passos abaixo *dela*, não posso sujar *sua* bebida.

Se, quando se empregam as formas *ele/ela* no lugar do *tu*, pode-se indicar carinho, como, por exemplo, quando são endereçadas a crianças ou animais domésticos, que não podem responder (*Ele tem belos pelos, esse cachorrinho*), pode-se também denotar descontentamento ou desprezo, como quando, por exemplo, são

dirigidas a uma criança que já chamou a mãe três vezes seguidas numa noite (*Que é que ela quer agora?*). Só o contexto vai mostrar qual o sentido desse uso, pois, como mostra Benveniste, a utilização da 3ª pessoa em lugar da 2ª tanto pode indicar reverência, pois ela “eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação homem a homem” (o carinho é aparentado à reverência), quanto testemunhar desprezo, pois rebaixa “aquele que nem sequer merece que se dirija ‘pessoalmente’ a ele” (1966, 231). “De sua função de forma não pessoal a ‘3ª pessoa’ tira sua aptidão de tornar-se tanto uma forma de respeito que faz de um ser bem mais que uma pessoa, quanto uma forma de ultraje que pode aniquilá-lo como pessoa” (Benveniste, 1966, 231).

Há também o caso em que por respeito usa-se um pronome de 3ª pessoa como pronome de tratamento. O *usted* do espanhol e o *lei* do italiano quase fizeram desaparecer, nessas línguas, o tratamento respeitoso de 2ª pessoa do plural (Sarianni, 1989, 261-263; Real Academia, 1986, 339-340). O pronome de 3ª pessoa endereça-se “abstratamente” ao outro, como se fosse atrevimento dirigir-se diretamente a ele, erigi-lo em enunciatário.⁶

A forma portuguesa *você*, onde substitui completamente o *tu*, não é embreagem, porque, perdida a memória de seu significado primeiro e tendo ocupado o lugar do *tu*, ficou sendo o formante de 2ª pessoa. Nesses lugares, *você* só foi embreagem, quando se guardava a lembrança de seu significado primeiro.⁷

Os chamados pronomes de tratamento constituem um caso híbrido, em que o pronome possessivo de 2ª pessoa do plural acompanha um substantivo feminino que designa virtude, qualidade ou faculdade positiva da pessoa a quem o enunciatador se refere: *alteza, santidade, excelência, etc.* “Com esse nome, no singular ou no plural, alude-se de maneira indireta ao destinatário ou aos destinatários do discurso como as pessoas a quem se atribui a referida qualidade. A referência gramatical à segunda pessoa do discurso, porém, quem a realiza é o pronome possessivo (...): vossa majestade = a majestade de vós” (Real Academia, 1986, 341). Trata-se aqui de um caso híbrido, pois, enquanto substantivo abstrato (3ª pessoa) significando *tu*, é uma embreagem, mas o possessivo, sendo de 2ª pessoa, constitui uma debreagem

(6) O *vous* conserva-se em francês como forma de tratamento respeitoso. O *usted* do espanhol provém de *vuestra merced*. Foi posto aqui com o italiano *lei*, porque se perdeu a memória de seu étimo. Já a forma respeitosa do português (*o senhor*) entra no caso do uso de um apelativo com o valor de segunda pessoa.

(7) Ao considerar *você* uma variante de *tu*, estamos dizendo que é preciso conceber a concordância com o verbo como concordância de 2ª pessoa, o que significa ter em conta que, por exemplo, uma forma como “ama” acumula a 2ª e 3ª pessoas. O uso de pronomes oblíquos e pronomes possessivos de 2ª pessoa com *você* prova que essa forma é variante de *tu*: Você pensa o quê? Eu já te disse que teu pai não vem.

(é bem verdade que debreagem em termos, pois se trata de embreagem na medida em que aí a pessoa amplificado se neutraliza com a pessoa singular). A embreagem plena ocorre quando se deixa de lado o possessivo.

- Por Deus. É Sèvres, Eminência (CC, 33).⁸

Podem-se usar também formas indeterminadas em lugar da segunda pessoa do singular:

Então, é a esta hora que se chega em casa?

Se essa frase for dita por um pai ao filho que acaba de chegar a casa de madrugada, o sujeito indeterminado tem o valor de *tu*.

No discurso indireto livre, como a situação de enunciação das personagens é transformada em situação enunciativa, se o interlocutário for diferente do narratário, o *tu* é indicado por um *ele*.

Fabiano agradeceu a opinião dela e gabou-lhe as pernas grossas, as nádegas volumosas, os peitos cheios. As bochechas de Sinha Vitória avermelharam-se e Fabiano repetiu com entusiasmo o elogio. *Era. Estava boa, estava taluda, poderia* andar muito. Sinha Vitória riu e baixou os olhos. Não era tanto como *ele* dizia, não (VS, 166-167).

4. terceira pessoa pela segunda do plural.

Os portugueses *sois* assim feitos (Sá de Miranda, apud Rocha Lima, 1968, 423).

Não nego que os católicos *vos salvais* na Igreja Romana (Vieira, apud Rocha Lima, 1968, 423).

Nesses casos, o verbo na segunda pessoa do plural é a marca mórfica da embreagem. No segundo exemplo, o *vos* assinala que *os católicos* tem valor de

(8) O romeno usa como pronomes para tratamento respeitoso em oposição a *tu*: *dumneata* (*domnia ta*), que é empregado para o tratamento meio cerimonioso, intermediário entre a intimidade e a reverência, e *dumneavoastra* (*domnia voastra*), que se utiliza para tratamento respeitoso. Não podem, no entanto, ser considerados embreagem, porque concordam com a 2ª pessoa:

Dumneavoastra aveti mult de lucru?

Dumneata vrei sa mergi cu mine la domnul Tomescu?

vós. Podem-se também usar formas indeterminadas com o valor de 2ª pessoa do plural. Um pai diz aos dois filhos moços:

- Então, ninguém trabalha aqui nesta casa?

5. segunda pessoa do singular pela terceira.

Eu, quando Antônia me disse: “Vamos outra vez?”, enquanto estava em estado de coma, como numa tenda de oxigênio, eu me senti como quando o professor *te* interroga em grego dois dias seguidos (PA, 96).

Nesse exemplo, a segunda pessoa do singular substitui uma terceira indeterminada: *eu me senti como se sente alguém quando o professor o interroga em grego dois dias seguidos*. É o caso do chamado *tu genérico*, que tem por função “pessoalizar enunciados impessoais. Esse sujeito, substituído por *tu*, mantém uma relação viva com a situação de enunciação, como se ele fosse parte dela” (Mangueneau, 1981, 17).

Pode-se, nesse caso, usar também a segunda pessoa do plural naquelas línguas em que o *vós* serve como forma de tratamento polido:

On ne peut pas se promener sans que quelqu'un *vous* aborde (apud Benveniste, 1966, 232).

6. primeira pessoa do singular pela terceira.

O essencial nestes conceitos, assim vemos, é que negam a um partido o direito de se identificar com o Estado e a sociedade. Negam o modelo leninista de vanguarda. E assim fazem parte da política tanto a disputa quanto o diálogo, a negociação e a aliança. Ao optar pela fala e pelo voto, *instituo* esta coisa rara na história, que é a resolução pacífica de conflitos. *Tenho* adversários, não inimigos. E veja-se a importância destes princípios num país de tradição autoritária e violenta como o Brasil, em que a delimitação de um espaço ao mesmo tempo de conflitos reconhecidos e de paz constitui um aprendizado tão difícil quanto precioso (Renato Janine Ribeiro, FSP, 29/8/1993, 6-6).

Nesse exemplo, substitui-se uma forma indeterminada por uma forma de primeira pessoa, colocando o sujeito indeterminado na situação de enunciação: *Ao optar pela fala e pelo voto, institui-se esta coisa rara na história, que é a resolução pacífica dos conflitos*.

Falando do descalabro dos serviços de saúde do Estado e do mau atendimento aos segurados, pode-se dizer:

- Se *eu* (= alguém) preciso do serviço público de saúde, quero ser bem atendido, pois para isso eu pago.

O *eu* pode ser empregado no lugar de uma forma determinada de 3ª pessoa. Isso ocorre quando se pretende narrar indiretamente algo a respeito de uma pessoa presente. A primeira pessoa torna-se uma terceira fictiva:

Eu não dou a menor importância aos outros. De mansinho, obrigo os outros a aceitarem o que quero (na verdade, quem faz isso não é quem fala, mas uma terceira pessoa presente).

7. primeira pessoa do plural pela terceira.

Costumamos pensar a percepção como um dado puramente natural (apud Lúcia Teixeira, T39).

Nesse caso, não temos um *nós* verdadeiro, mas uma terceira pessoa indeterminada. Quem costuma pensar a percepção como um dado puramente natural são as pessoas em geral, entre as quais não se inclui o enunciador, que rejeita essa tese.

8. segunda pessoa do plural pela terceira.

Essa embreagem só pode ocorrer, quando a segunda pessoa do plural indica polidez. Charaudeau (1992, 155) dá o seguinte exemplo do francês. Um enunciador, que comenta o fato de que um aluno foi posto fora da classe, diz:

C'est compréhensible. Quand *vous* bâillez sous le nez du professeur, il faut s'attendre à de représailles.

Nesse caso, o enunciador obriga o enunciatário a partilhar de seu comentário sobre a terceira pessoa. Ademais, acrescenta um efeito de sentido de distância, que aumenta o efeito de derrisão cujo alvo é a terceira pessoa.

9. primeira pessoa do singular pela segunda do singular.

Então, *eu* quebrei o vaso da Companhia das Índias, *eu* escondi os cacos, *eu* quis pôr a culpa na empregada.

Se uma mãe diz essa frase ao filho que fez tudo o que ela descreve, *eu* tem valor de *tu*. Nesse caso, o efeito de sentido criado pela embreagem é de ironia. Esse efeito será produzido, se o julgamento subentendido no ato de enunciação for negativo.

Na publicidade, muitas vezes, um *eu* significa um *tu* numa frase com função conativa. O slogan da campanha de Maluf ao governo estadual em 1990, *Amo São Paulo, voto Maluf*, não era apenas a expressão da opinião dos eleitores que a pregavam nos seus carros. Significava *Tu que amas São Paulo debes votar em Maluf*. Dizendo *eu*, pensavam *tu*, na esperança de que todos os *tu* se reconhecessem como sujeitos.

Maingueneau mostra um caso de largo emprego. Quando nos dirigimos a um bebê ou a um animal doméstico, não podemos tratá-los por *tu*, porque só nos dirigimos a alguém como enunciatário, se ele puder, por sua vez, tomar a palavra, tornando-se *eu*. Se temos a obrigação de falar com eles, pois pertencem a nossa esfera de intimidade, temos também a consciência de que não nos podem responder, porque não são dotados de fala. Nesse caso, usam-se a 3ª pessoa, procedimento já estudado, a 1ª do plural, de que falaremos mais adiante, e a 1ª do singular. O efeito de sentido é, então, o de identificação afetiva. Uma mãe diz ao filho:

Por que *eu* estou chorando?

O essencial é descaracterizar a reciprocidade, que se revela impossível, seja transformando o enunciatário em não pessoa e, portanto, tirando-o da esfera enunciativa, seja fazendo como se o enunciatário tivesse assumido o que diz o enunciador, uma vez que, em ambos os casos, não é preciso responder (1981, 18).

10. segunda pessoa do singular pela primeira do singular.

Meu velho Aires, trapalhão da minha alma, como é que *tu* comemoraste no dia 3 o ministério Ferraz, que é de 10? Hoje é que ele faria anos, *meu velho Aires*. *Vês* que é bom ir apontando o que se passa; sem isso não *te* lembrarias nada ou trocarias tudo (MA, I, 1138).

Nesse caso, Aires dirige-se a si mesmo, como se ele fosse uma segunda pessoa. Há um processo de desdobramento fictício do enunciador, que se constitui num outro, para ser alvo de suas apreciações, confidências, etc.

Outro exemplo:

Emenda essa língua, velho diplomata! (MA, I, 1144).

11. primeira pessoa do plural pela segunda do plural.

- Então, *nós* estamos sempre certos, *nós* sabemos tudo e aí deu no que deu.

Nesse exemplo, como o enunciatário é múltiplo e foi ele que, sempre cheio de si, fez algo errado, o enunciador usa a primeira pessoa do plural com o valor de segunda, para criar um efeito de sentido de ironia.

12. segunda pessoa do plural pela primeira do plural.

Vocês são muito bons. Nosso trabalho foi excelente.

Se essa frase for dita pelo chefe de uma equipe a seus companheiros, depois de lutarem muito para realizar alguma coisa, ele estará incluindo-se entre os que são muito bons, como deixa entender o *nosso* que aparece logo a seguir. Nesse caso, o *vós* significa *nós*.

13. segunda pessoa do plural pela segunda do singular.

Aqui *vos* trago provisões; *tomai*-as.
As *vossas* forças *restaurai* perdidas
E a caminho já! (GD, 36).

Nesse exemplo, o filho dirige-se ao pai, tratando-o por *vós*. A segunda pessoa do plural já foi o tratamento respeitoso em todas as línguas românicas. Cede, pouco a pouco, lugar para *lei* em italiano, *senhor* em português, *usted* em espanhol e *dumneavoastra* em romeno. Mantém-se, com todo o vigor, em francês, onde a regra é *vouvoyer* e a exceção é *tutoyer*. Quando se é apresentado a alguém, começa-se a tratá-lo por *vous* e, mais tarde, se diz *Nous pouvons nous tutoyer*. O contrário não acontece. Nas outras línguas românicas, o uso de *vós* tem um sabor levemente arcaizante.⁹ No entanto, esse era o tratamento habitual, nessas línguas. Gregório de Matos diz o seguinte de um juiz que queria um tratamento todo especial:

(9) Cabe lembrar que, em italiano, o *voi* teve grande difusão durante o regime fascista, que determinou oficialmente seu uso, para dizer-se continuador, no campo lingüístico como no político, da tradição romana (Dardone e Trifoni, 1985, 167). É bem verdade que essa tradição não é do período clássico, mas do latim tardio. O *vós*, em todas as línguas românicas, pode ser usado em orações: "O pão nosso de cada dia nos dai hoje"; "Je vous salue, Marie..." Nas orações, pode-se também usar o *tu*, herança latina: "tu sei benedetta tra le donne", "bendita és tu entre as mulheres"

Se Deus se trata por tu
E se chama a el-rei por vós,
Como chamaremos nós
O juiz de Igarassu?
Tu e vós e vós e tu.

O epigrama mostra que, nessa época, não havia outras formas de tratamento.

Diz-se que *vós* indica respeito, porque trata uma pessoa singular, por seu mérito, seu prestígio e sua autoridade, como mais de um, ou seja, como pessoa amplificada. No entanto, a questão é um pouco mais complicada.

O tuteamento e o tratamento por *vós* (ou por *senhor*, por *lei*, etc.) são atos de fala, pois, endereçando-se a alguém como *tu* ou *vós*, o enunciador impõe um quadro à troca verbal. O enunciatário pode recusá-lo, seja explicitamente (dizendo, por exemplo, coisas como *Nous n'avons pas gardé les oies ensemble*), seja implicitamente (tratando por *vós* quem o tuteou).

Dizer *tu* ou *vós* significa dar a si mesmo e também ao outro um dado estatuto social. Esse ato de retribuição deriva de um jogo de simulacros que se constituem no momento em que tem início a troca verbal. Há duas perguntas que se fazem: *Quem sou eu para tratá-lo por tu/vós?* e *Quem é ele para que eu o trate por tu/vós?* Por seu turno, o enunciatário pode perguntar-se com que direito é tratado desta ou daquela maneira (Maingueneau, 1981, 18-19).

Maingueneau mostra que o uso do *tu* não é uma forma depreciativa, pois, dependendo da situação, o *vós* é que é impolido, pois poderia ser interpretado como um desejo de pôr a distância, como uma rejeição. Há dois princípios a guiar o uso de *tu* e *vós* (ou *você* e *senhor*, etc.): um é a pertença ou não ao mesmo lugar social da enunciação e o outro é a pertença ou não ao mesmo lugar de reciprocidade.

Pelo primeiro princípio, são tratados por *tu* os que pertencem aos lugares sociais tidos como inferiores pelos pertencentes aos lugares sociais considerados superiores; e por *vós* os dos lugares sociais superiores pelos dos inferiores. Por isso, os criados são tratados por *tu* pelos patrões e tratam a eles por *vós*. O primeiro princípio é dominante sobre o segundo. No segundo, trata-se por *tu* os que pertencem à mesma esfera de reciprocidade e por *vós* os que não pertencem a ela.

Vejamus um exemplo dado por Maingueneau: um capitão trata os recrutas por *tu*; os outros oficiais por *tu*; os superiores por *vous* e os suboficiais por *vous*. Os recrutas são tratados por *tu* com base no primeiro princípio: não pertencem ao mesmo lugar social da enunciação, a carreira militar; os colegas oficiais são tratados por *tu* por pertencerem à mesma esfera de reciprocidade (o *vous* seria marca de rejeição); os superiores e suboficiais, respectivamente, no alto e em baixo, são tratados por *vous* por não pertencerem à mesma esfera de reciprocidade.

Antigamente, os lugares sociais de enunciação e as esferas de reciprocidade eram mais rígidos. Atualmente, no entanto, afrouxaram-se e, por conseguinte, expande-se o tuteamento; por exemplo, filhos e netos tuteiam pais e avós. Como contrapartida, suprime-se o hábito de tratar os criados por *tu* sem reciprocidade. Eles são tratados pelo *vós* que põe a distância.

O emprego do *tu* e do *vós* não é unívoco, depende de contextos sociais determinados e também das condições de enunciação. Assim, um professor tuteia o outro em situações normais, mas o trata por *vós*, se ele faz parte de sua banca de doutoramento (é bem verdade que nem essa distinção se observa mais). O marido e a mulher tratam-se por *tu*, mas a um criado a mulher poderá dizer, referindo-se ao marido: *O senhor X chegou?*¹⁰

Os gêneros literários definem também certas regras do uso desses pronomes: nos romances, por exemplo, o narrador tuteia o narratário:

Queres o avesso disso, leitor curioso? (MA, I, 664).

Machado usa também a 3ª pessoa para referir-se a leitor:

Veja-nos agora *o leitor*, oito dias depois da morte de meu pai... (MA, I, 562).

Dessa alternância ele tira efeitos de distanciamento e de proximidade.

No interior do texto, criam-se efeitos de sentido com o uso de *tu* e *vós*. Em *I-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias, o índio que foi feito prisioneiro trata o pai por *vós* e este o trata por *tu*, pois ambos não pertencem ao mesmo lugar social da enunciação. O narrador trata o guerreiro por *tu*, colocando-se na mesma esfera de reciprocidade que ele, pois está a lhe dar conselhos, a lhe dar conforto. O *tu* expressa a intimidade, a amizade. O chefe dos timbiras, antes do canto da morte, trata o prisioneiro por *tu*, por considerá-lo de sua esfera de reciprocidade, alguém que tinha em comum com ele a coragem e, por isso, seria sacrificado. Depois que foi solto, o tupi trata o timbira com o *tu* da camaradagem e recebe o *tu* da exclusão do lugar social da enunciação. O chefe timbira trata o velho tupi com o *tu* da exclusão: era o pai de um covarde. No fim, depois da luta, o chefe timbira trata o tupi com o *tu* da mesma esfera de reciprocidade.

(10) Em nossa sociedade, o tratamento por *tu* difunde-se cada vez mais. Quando se é apresentado a uma pessoa que não pertence a nossa esfera de reciprocidade, começa-se por tratá-la por *senhor e*, depois de alguns minutos, considera-se que ela já faz parte de nossa esfera de reciprocidade (conhecido) e começa-se a tratá-la por *você*.

14. primeira pessoa do plural pela primeira do singular.

É o que se chama plural majestático, de modéstia, de autor. O *eu* dilui-se no anonimato do *nós* ou é amplificado. O que distingue um uso de outro é o tipo de texto em que o *nós* se encontra. Quando aparece, em alocações solenes, que emanam de altíssimas autoridades civis (chefes de governo e de estado) e eclesiásticas (papa e bispos) ou em documentos oficiais, esse plural é majestático:

Nós, durante o Nosso Pontificado...

Como mostra Maingueneau, nesse caso, o *nós* evita colocar a alta autoridade como uma subjetividade entre as outras e, ao mesmo tempo, opô-la ao *tu*, o que criaria uma esfera de reciprocidade. O *nós* inclui o enunciatário no enunciador e, portanto, aquele é obrigado por este a assumir o texto com ele (1981, 20).

Já no chamado plural de modéstia, o *eu* evita dar realce a sua subjetividade, diluindo-a no *nós*.

O compadre compreendeu tudo, viu que Leonardo abandonava o filho, uma vez que a mãe o tinha abandonado e fez um gesto como quem queria dizer:

- Está bem, já agora... vá; *ficaremos* com uma carga às costas (Manoel Antônio de Almeida, apud Martins, 1989, 184).

Um caso diferente é o do chamado plural de autor, utilizado em obras científicas, em conferências, etc.

Convenhamos, portanto, que uma brisa radical agitava igualmente as terras brasileiras, proveniente, em boa parte, do “furacão sobre Cuba”. Embalada pela mística de Sierra Maestra, toda uma geração de jovens sonhou com Guajira, Guantanamera e, tal como Martí, também acreditou que

“el arroyo de la sierra
me complace mucho más que el mar” (SG, 21).

Nesse caso, o enunciador usa *nós*, porque não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, ele tem atrás de si a comunidade científica, que fala em nome da

Ciência, do Saber. O autor estabelece-se como um delegado dessa coletividade cuja autoridade deriva da instituição científica e, para além dela, da própria Ciência.¹¹

Quando o *nós* e o *vós* representam um ser único, os adjetivos e os participios que se referem a eles são colocados no singular, com gênero correspondente ao sexo do ser designado:

Antes sejamos breve que prolixo.

15. segunda pessoa do singular pela segunda do plural.

Pulvis es, et in pulverem reverteris. Homem cristão com quem fala a Igreja, *és pó e há*s de ser pó; que remédio? Fazer que um pó seja corretivo do outro. *Sê* desde logo o pó que *és*, e não *temerás* depois ser o pó que *há*s de ser (VI, 193).

Nesse exemplo, um orador fala a uma assembléia, usando um *tu* em lugar de *vós*. Desse modo, adota um pronome que, dirigindo-se a cada um em particular, implica a todos.

16. primeira pessoa do singular pela primeira do plural.

Sabeis (observe-se que se passa também do *tu* do exemplo anterior imediatamente para o *vós*), Senhores, porque tememos o pó que havemos de ser? É porque não queremos ser o pó que somos. *Sou* pó, e *hei* de ser pó por vontade. Não é melhor que se faça desde logo a razão o que depois há de fazer a natureza? Se a natureza *me* há de resolver em pó, *eu quero* resolver-me em pó; e faça a razão por remédio, o que há de fazer a natureza sem remédio. Não sei se entendestes todos a metáfora? Quer dizer mais claramente, que o remédio único contra a morte é acabar a vida antes de morrer. Este é meu pensamento; e envergonho-me, sendo pensamento tão cristão, que o

(11) Muito diferente, uma vez que não se trata mais de embreagem é o plural didático (exemplo: como vimos na lição anterior). Nesse caso, trata-se de um *nós* inclusivo (*eu* enunciador e *tu* enunciatário), pois indica que o *eu* e o *tu* juntos empreendem o percurso da aprendizagem que o texto didático impõe. Nesse caso, entra também o chamado plural narrativo, pois nele o narrador associa também o narratário: Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quarteirão. É como a eloquência, que há uma genuína e vibrante, de uma arte natural e feiticeira, e outra tesa, engomada e chocha. *Vamos* (narrador e narratário) ao dia 20 de outubro (MA, I, 525).

dissesse primeiro um gentio: Considera quam pulchra res sit consummare vitam ante mortem: deinde expectare securam reliquem temporis sui partem? (VI, 193).

Nesse caso, uma posição coletiva é assumida por alguém que se coloca como seu porta-voz, mas também seu participante. Vieira, no mesmo sermão mencionado logo acima, depois de dirigir-se a cada cristão individualmente, assume individualmente uma posição que é de todos os cristão e não pessoal, como ele mesmo nos explica. Observe-se que, no texto, passa-se do *nós* para o *eu* com sentido de *nós*. Individualizar uma posição torna-a mais forte, mais viva, mais veraz.

17. primeira pessoa do plural pela segunda do singular.

Sim, eu agora ando bom. E tu, meu Luís, como *vamos* de saúde? (Garrett, apud Martins, 1989, 184).

É um uso coloquial em que o *eu* participa com o *tu* de qualquer coisa que se refere a este. Por exemplo, depois de o interlocutário ter aumentado muito alguma coisa, o enunciador diz a frase *Não exageremos*, em que a afirmação excessiva é corrigida com uma ponta de benevolência. Maingueneau diz que se usa essa possibilidade quando se fala com crianças que ainda não falam e animais domésticos (1981, 18):

Nós estamos sarando depressa.

Um caso mais complexo é este exemplo de *Angústia*, de Graciliano Ramos:

- Para o diabo. Aqui me preocupando com aquela burra!... Acaba na rua da Lama... *Vamos* deixar de besteira, seu Luís. Um homem é um homem (apud Martins, 1989, 184).

Nesse exemplo, o narrador dirige-se, num processo de desdobramento, a si mesmo, tratando-se por *tu*. Temos uma primeira embreagem. Depois, o narrador associa-se ao seu duplo numa segunda embreagem.

18. segunda pessoa do plural pela primeira do singular.

Essa embreagem só ocorre quando, num processo de desdobramento, um *eu* se trata por *vós*, criando um efeito de extremo distanciamento. Esse emprego apenas se dá, quando o *vós* é usado para tratamento respeitoso.

Então, eu me disse:
- Meu caro, *vós não sois* um gênio.

19. primeira pessoa do singular pela segunda do plural.

Então, é assim, *tomo* iniciativas sem consultar ninguém?

O *eu* tem valor de *vós*, quando o enunciador, dirigindo-se a um enunciatário múltiplo, descreve o que este fez, como se ele o tivesse feito. Essa embreagem cria um efeito de sentido de ironia.

O único caso de neutralização que não nos parece possível é o da segunda pessoa do singular com a primeira do plural.

A língua, com o mecanismo da embreagem, permite que pronomes derrapem e efetuem sua ancoragem em pontos de referência deslocados em relação às coordenadas enunciativas efetivas. Todas as unidades dêiticas que indicam o enunciador podem denotar o enunciatário e vice-versa. Pessoas ampliadas podem significar as pessoas singulares e vice-versa; a não pessoa pode assinalar as pessoas e vice-versa. O *eu*, assim como o fazem o *aqui* e o *agora*, ancora o texto. A debreagem dá-lhe um caráter referencializado. A embreagem desestabiliza essa referencialização, mostrando o texto como enunciação e, portanto, desvelando a ilusão referencial.

1.4. Efeitos de sentido criados pela embreagem actancial.

Analisemos, de modo mais sistemático, os efeitos de sentido produzidos pelo mecanismo da embreagem. Quando se fala em *efeito de sentido*, pensa-se imediatamente em algo assistemático, que difere em cada caso, que não obedece a nenhuma coerção sistêmica. No entanto, não é assim que as coisas se passam na linguagem, pois tem ela um aspecto sistêmico, que é o que possibilita a comunicação. A “vertigem pronominal”, de que fala Genette, submete-se a determinadas coerções semânticas, que tornam possível sua compreensão. Embora o discurso mostre que o uso lingüístico é mais rico, variado e multiforme do que possam imaginar nossas vãs descrições do sistema, os efeitos de sentido produzidos por ele com o mecanismo da embreagem estão sujeitos a uma categoria semântica invariável, que, nos diferentes casos, vai, por um processo de enriquecimento semântico, ganhando uma concretude maior e vai, por conseguinte, diferenciando-se. No entanto, é preciso ressaltar que essa diferenciação constitui uma variação da categoria de base.

No caso das categorias da enunciação, a oposição sêmica que está na base de todos os efeitos de sentido é:

aproximação vs distanciamento.

Esses dois termos mantêm entre si uma relação de contrariedade (eixo dos contrários). Aplicada a eles uma negação, produzem-se dois termos contraditórios (*não aproximação e não distanciamento*), que também estão em relação de contrariedade (eixo dos subcontrários). Cada um dos subcontrários está em relação de implicação com o termo contrário daquele de que é negação. A união dos contrários gera um termo complexo ($a + b$) e a dos subcontrários, um termo neutro (*não a + não b*). Tem-se, então, o chamado quadrado semiótico.

Aproximação e distanciamento foram escolhidos por metaforizarem perfeitamente a expressão ou não da fonte enunciativa, em relação à qual se ordenam tempos e espaços.

No que concerne à categoria de pessoa, *aproximação* apresenta-se num nível mais superficial como /subjatividade/ e *distanciamento*, como /objetividade/. Se considerarmos *pessoa* como o termo designador da individualidade e *persona* como a palavra que indica o papel social de um indivíduo, diríamos que a debreagem enunciativa instala uma pessoa no enunciado e a enuncia projeta nele uma persona. *Objetividade* é uma palavra polissêmica, pode significar tanto *neutralidade*, quanto *justeza*, isto é, *adequação a um referente*. Na linguagem, na verdade, não há nem uma nem outra. O que há são efeitos de sentido produzidos, no primeiro caso, por um apagamento das marcas da enunciação no enunciado e, no segundo, por um controle dos termos mais nitidamente avaliativos. Objetividade lingüística não existe, mas, por meio de certos procedimentos, chega-se ao efeito de sentido de objetividade.

No caso da embreagem, temos um quadro um pouco mais complexo. Considerando a primeira pessoa o lugar privilegiado da subjatividade e a terceira, o topos por excelência da objetividade, a segunda será tanto o lugar da não subjatividade, quanto da não objetividade.

Usar a terceira pessoa no lugar de qualquer outra é objetivar o enunciado, é esvaziar a pessoa e ressaltar a persona, é enfatizar o papel social em detrimento da individualidade.

É chegada a altura de se revelar que *este autor* (= eu) em um momento se achou semelhante aos deuses (José Saramago, FSP, 24/10/1993, 1-3).

Brasília, 20/1/93

Itamar,

(...)

O Presidente da República (= você) não pode fechar os olhos para este assunto mais explosivo do que PC/Collor. Mas você vai ter que encará-lo mais cedo ou mais tarde (FSP, 26/10/1993, 1-6).

Valer-se da primeira pessoa com significado de outra é subjetivizar o discurso, é diminuir o papel social, é evidenciar a subjetividade.

Como vai para a Vinte e Três de Maio? *Pego* (= você pega) a primeira à esquerda, *subo* a rampa até o farol, *sigo* em frente e já *estou* no acesso para a Vinte e Três de Maio (informação dada a um motorista).

Utilizar a segunda pessoa com valor de terceira nega a objetividade, usá-la no lugar da primeira infirma a objetividade. Neste caso, dá-se uma certa objetividade ao *eu*, desdobrando-se o enunciador em duas instâncias.

Aires amigo, confessa que ouvindo ao moço Tristão a dor de não ser amado, sentisse tal ou qual prazer, que aliás não foi longo nem se repetiu. *Tu* não a *queres* para *ti*, mas *terias* algum desgosto em a saber apaixonada dele; *explica-te se podes*; não *podes*. Logo depois *entraste* em *ti* mesmo, e *viste* que nenhuma lei divina impede a felicidade de ambos, se ambos a quiserem ter juntos. A questão é querê-lo e ela parece que não o quer (MA, I, 1173).

Nesse exemplo, o Conselheiro fala consigo mesmo.

No caso de uma segunda pessoa com valor de terceira, de certa maneira, subjetiva-se a não pessoa.

O psiquiatra Ricardo Chemas está convencido de que “o homossexualismo é uma doença hereditária transmissível”. Afirmar acreditar que a ciência brevemente poderá anunciar a descoberta de que “o gene homossexual” é ligado a um outro gene destinado a manter o controle populacional.

“Se *você* (= alguma pessoa) pega ratos e superpopula uma gaiola (sic), aparece o comportamento homossexual como comportamento adaptativo à superpopulação. Os ratos começam a copular entre si como uma forma espontânea de auto-equilíbrio. Parece que o gene do homossexualismo é ligado a uma espécie de comportamento desse tipo.” (FSP, 24/10/1993, 4-10).

Nos dois casos, cria-se uma cumplicidade com o enunciatário, pois ou este é um *eu* e o que é individual passa a ser compartilhado, ou o *ele* torna-se um *tu* e o que é genérico fica como que particularizado.

Quando se tem a primeira pessoa do plural com valor de outra, ocorrem duas possibilidades. Quando equivale à primeira do singular ou à terceira, aparece o termo complexo /subjetividade/ + /objetividade/:

Nós, Pedro I, Imperador do Brasil, *outorgamos* esta constituição.
Costumamos (= costuma-se) usar a linguagem sem refletir sobre ela.

Quando significa a segunda pessoa, o efeito de sentido é de /subjatividade/
+ /não objetividade/.

Vamos dormir agora? diz o pai ao filho (significando que a criança deve ir dormir).

Quando a segunda do plural é empregada para designar outra, o efeito de sentido é de /não subjatividade/ + /não objetividade/. Por exemplo, quando o *vós* significa *nós*. Diz o treinador ao time que ganhou:

Vocês são ótimos. Nosso trabalho é de primeira.

A “vertigem pronominal” é rigorosamente controlada do ponto de vista semântico. Ela não produz o não sentido, mas novos sentidos; não gera o caos, mas uma nova ordem. Não é a ordenação do sistema que cria a vida da linguagem, mas a exploração, no discurso, das suas possibilidades de ruptura.

CORPUS

- CC. *A ceia dos cardeais*. Dantas, Júlio, 45 ed., Lisboa, Clássica, 1955.
CL. *O coronel e o lobisomem*. Carvalho, José Cândido de, 8 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
FL. *Florilégio Nacional*. Lages, Antônio, São Paulo, LES.
GD. *Poesia*. Dias, Gonçalves, 4 ed., Rio de Janeiro, Agir, 1967.
IN. *A Invasão*, Gomes, A. D., Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.
LT. *As cores do discurso*. Teixeira, Lúcia, Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1994.
MA. *Obra completa*. Assis, Machado de, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, II, III.
MB. *Poesia completa e prosa*. Bandeira, Manuel, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983.
MC. *Memórias do cárcere*. Ramos, Graciliano, 7 ed., São Paulo, Martins, 1972, vol. I.
SG. *Senhores das Gerais*. Starling, Heloísa Maria Murgel, Petrópolis, Vozes, 1986.
VI. *Sermões*. Vieira, Antônio, Porto, Lello, 1959, vol. II.
VS. *Vidas secas*. Ramos, Graciliano, 29 ed., São Paulo, Martins, 1976.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail (1979) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
BARTHES, Roland (1975) Entrevista. *Le magazine littéraire*. 97:32, fev.
BENVENISTE, Emile (1966) *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, vol. I.

- CHARAUDEAU, Patrick (1972) *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette.
- CULIOLI, Antoine (1973) "Sur quelques contradictions en linguistique". *Communications*. Paris, 20: 83-91, maio.
- CUNHA, Celso (1972) *Gramática do Português contemporâneo*. 3 ed. Belo Horizonte, Bernardo Alvares.
- DANON-BOILEAU, Laurent (1982) *Produire le fictif*. Paris, Klincksieck.
- DARDANO, Maurizio e TRIFONE, Pietro (1985) *La lingua italiana*. Bolonha, Zanichelli.
- GREIMAS, Algirdas Julien e Courtés, Joseph (1979) *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, vol. I.
- JAKOBSON, Roman (1963) *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit.
- KRYSINSKI, Wladimir (1987) "L'énonciation et la question du récit" In: ARRIVÉ, Michel e COQUET, Jean-Claude. *Sémiotique en jeu*. Paris-Amsterdam, Hadès-Benjamins.
- LAUSBERG, H. (1966) *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Gulbenkian.
- _____ (1976) *Manual de retórica literária*. Madrid, Gredos, vol. II.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1968) *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Briguiet.
- MAINGUENEAU, Dominique (1981) *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna (1989) *Introdução à estilística*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.
- PARRET, Herman (1988) *Enunciação e pragmática*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (Comisión de gramática) (1986) *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid. Espasa-Calpe.
- SAID ALI, M. (s.d.) *Grammatica historica da Lingua Portugueza*. São Paulo, Melhoramentos.
- SARIANNI, Luca (1989) *Grammatica italiana*. Turim, Utet.
- SIMONIN-GRUMBACH, Jenny (1983) "Para uma tipologia dos discursos" In: JAKOBSON, Roman et alii. *Língua, discurso e sociedade*. São Paulo, Global.
- WEINRICH, H. (1973) *Le temps*. Paris, Seuil.

ABSTRACT: The linguistic system of Portuguese establishes in the domain of the person category a clear distinction among the three so called grammatical persons. Nevertheless, the use of a person for another is usual in discourse. This paper aims at showing that this phenomenon is determined by a linguistic mechanism which is related to the categories of enunciation. It is also its goal to describe all possibilities of employment of a person for another in Portuguese, as well as the sense effects created when the speaker makes use of this mechanism in the construction of the actors of a discourse.

Key-Words: enunciation, person, actantial shifting in.